

propôs, já fora das profissões liberais. Humilha e ofende aos profissionais liberais para os quais propôs o terço e os funcionários, os servidores que não são profissionais liberais, não exercem funções desta natureza, mas que são auxiliares diretos destes profissionais liberais, consideram esta medida discriminatória, como se estivesse, com este terço, o Executivo aquinhoando privilegiados, príncipes, pseudos príncipes da administração e passam a hostilizá-los. Hostilizam, então os chefes e com razão, porque as dificuldades da vida atingem a todos os servidores, quer sejam ou não de profissões liberais.

A conclusão a que este artigo nos leva é a de que para aquele a quem se concede essa pretensa vantagem, humilha e ofende; para os demais, o aspecto da vantagem é de discriminação, de proteção.

Avaliem V. Exas. se uma empresa pode ter um rendimento normal com os seus servidores trabalhando com este estado de espírito.

São excluídas dessa vantagem, dessa pretensa vantagem, outras profissões liberais, como a de engenheiro do serviço público. Afirimo que não desejamos discriminação relativa à nossa classe, nem a mais, nem a menos. Os integrantes dessas profissões liberais estão empenhados numa luta comum e não se negociam vantagens isoladas para qualquer uma dessas funções. Mas os 50% da mensagem sobre o reajustamento, aliados ao terço, provocaram, novamente, um estado de tensão na Secretaria da Viação e Obras Públicas. Importante setor dessa Secretaria, há questão de três meses, esteve em greve total os engenheiros, com todos os serviços paralisados por dez dias, greve que só cessou após a vitória total.

Quando os integrantes de uma profissão como a dos engenheiros chegam a paralisar o serviço — profissão que é infensa a movimentos de paralisação — nos sentimos o ocaso do Governo, tão negativo que chega a provocar um movimento virgem na história do funcionalismo, cujo móvel, cuja motivação era um misto de quantum salarial baixo aliado a um tratamento humilhante, discriminatório.

Esse ambiente de tensão reina, novamente, na Secretaria, em decorrência destes dois diplomas que o Prof. Carvalho Pinto submeteu à apreciação da Casa: O terço nestas condições e a mensagem de reajustamento de 30%. Então, pensam os engenheiros da minha Secretaria, se durante a greve o Sr. Secretário da Viação encaminhou à assembléa dos engenheiros, do Instituto de Engenharia um documento assinado pelo Doutor Machado de Campos, no qual S. Exa. se comprometia categoricamente a nomear uma comissão especial, com representante oficial do Sr. Secretário, para fazer um levantamento no mercado de trabalho e determinar o mínimo a média do mínimo pago aos engenheiros em nosso Estado, a classe acreditou que as conclusões dessa comissão, em que o Poder Executivo se fazia representar, tivesse força de resolução.

Como poderia a classe dos engenheiros, numa assembléa no Instituto de Engenharia, no instante em que a greve daquele Departamento lá se decretava para todos os engenheiros de todas as outras Secretarias — do IPESP, de Caixa Econômica, do DEEA, do Instituto Geográfico e Geológico e dos outros departamentos da Secretaria da Viação — naquele instante, quando no salão do Instituto de Engenharia mais de 500 engenheiros recebiam a palavra do titular da Pasta, que é nosso colega de profissão, assumindo, dentre outros compromissos, aquele maior, o de com uma comissão mista definir o salário mínimo do engenheiro do serviço público, como poderia a classe colocar em dúvida a palavra do Sr. Secretário da Viação?

Com o pouco de experiência que tenho, lembrei, na assembléa, em que acataria aquela proposta, mas que achava que o Sr. Secretário da Viação estava exorbitando das suas funções, prometendo o que não cumpriria, e ficaria S. Exa. numa posição muito difícil perante a classe dos engenheiros, perante os seus subordinados imediatos, no dia em que a mensagem de reajustamento viesse a esta Casa, porque o Sr. Governador do Estado não respeitaria a palavra do Sr. Secretário, e o levaria à desmoralização pública.

Disse isto na assembléa do Instituto de Engenharia: que o Sr. Secretário da Viação, ao encaminhar aquela proposta, pela segunda vez, a uma classe em greve, iria ver-se muitíssimo mal perante todos os integrantes dos quadros técnicos da Secretaria da Viação, porque o Sr. Governador o deixaria arrastar-se para a desmoralização total, sem nenhuma consideração ao seu próprio Secretário de Estado, pois S. Exa., o Sr. Governador — sabia eu de antemão — jamais acataria estudos oficiais, mesmo com a chancela do Sr. Secretário de Estado. A Comissão Mista integrada por representante da Associação dos Engenheiros do Estado, de que tenho a honra de ser vice-presidente, integrada por dois representantes do Sr. Secretário da Viação, com os seus trabalhos superintendidos por S. Exa., concluiu que o salário mínimo dos engenheiros era de 62 mil e 500 cruzeiros. E a proposta do Sr. Secretário à assembléa dos engenheiros em greve rodou por terra. O Sr. Governador não respeita mais a palavra de um seu auxiliar da estatura de um Secretário de Estado. Encaminhou para esta Casa não o mínimo concluído pela Comissão Mista, que trazia o péso da assinatura de um Secretário de Estado. O que encaminhou a esta Casa? A oferta de um terço dos vencimentos para comprar a carteira profissional dos engenheiros.

O SR. PRESIDENTE — (Fazendo soar a campainha) — O tempo de V. Exa. está terminado. Entretanto, V. Exa. continuará com a palavra, por cessão do nobre deputado Cid Franco.

Antes, porém, deseja a Presidência anunciar a existência de um requerimento, de autoria do nobre deputado Archimedes Lammoglia, requerendo licença para tratamento de saúde a partir do dia 27 de dezembro, devendo ser convocado o deputado Camerlingo Caló, que, por sua vez, requer 5 dias de licença para tratar de assuntos de seu interesse, devendo ser convocado o deputado Orlando Iazetti. Também o deputado Orlando Iazetti requer 5 dias de licença para tratar de assuntos de seu interesse, sendo convocado o deputado Rubens Granja.

Continua com a palavra o nobre deputado Jéthero de Faria Cardoso, por cessão do nobre deputado Cid Franco.

O Sr. Farabulini Júnior — V. Exa. permite um aparte?
O SR. JÉTHERO DE FÁRIA CARDOSO — Agradeço ao nobre deputado Cid Franco.

Tem o aparte o nobre deputado Farabulini Júnior.

O Sr. Farabulini Júnior — Nobre deputado Jéthero de Faria Cardoso, V. Exa. focaliza bem o ponto de vista dos engenheiros do serviço público. Só mesmo aquele movimento, feito pela unanimidade dos engenheiros, favorável à parede — a única forma de sacudir a consciência governamental. (Não apoiado!) — seria capaz de sacudir a consciência do Prof. Carlos Alberto Alves de Carvalho Pinto, ele que, fechado, somente atende a estes reclamos quando vêm realmente das grandes paixões populares. Na questão do aumento, deputado Jéthero de Faria Cardoso, ou o funcionalismo público decide promover realmente uma movimentação de massa e fazer valer, pela sua unidade, o seu mais alto interesse econômico, que é o aumento salarial, ou acata o que o Prof. Carvalho Pinto, já decidiu, determinando que se não aumente um níquel a mais, a não ser os 30% constantes da mensagem governamental. A emenda de V. Exa., que autoriza 45% de aumento para o funcionalismo público em geral, é a que vamos cobrir com o nosso voto e com o nosso apoio, porque representa, nobre deputado, a média fixada pelo Tribunal Regional do Trabalho a todas as categorias profissionais, deixando de lado os bancários, que, na sua alta função, se igualam aos funcionários públicos. E esses, os bancários, tiveram 60% de aumento, apresentados por duas parcelas, 40 e mais 20 a partir do ano que vem. Mas, nobre deputado Jéthero de Faria Cardoso, ou os funcionários públicos do Estado de São Paulo, civis e militares, a Guarda Civil, a Força Pública, a Polícia Civil, o pessoal de obras do serviço público, decidem-se realmente por uma luta que permanecerá então na história das lutas do servidor público no sentido de conquistar o aumento de 45%, consoante emenda de V. Exa. que conta lá com 20 e tantas assinaturas ou, nobre deputado, não acho que esta Casa se decida pela votação e atenda à determinação do Sr. Governador que, segundo estou sabendo ainda hoje, é de votar 30% apenas, porque o Prof. Carvalho Pinto não tem propriamente conhecimento da realidade do sofrimento do homem que trabalha e vive de salário, do homem que trabalha e depende dos 30 dias para sobreviver ele próprio e a família. Não tem conhecimento desse fato. Ao contrário está afastado da realidade social e econômica do homem que trabalha, por isso mesmo imprime uma mensagem espúria, querendo dar apenas 30% de aumento. Veja V. Exa. a evasão dos professores universitários. Não se encontra um cidadão, a não ser que tenha condições pessoais de sobrevivência, que deseje ingressar no quadro da Universidade de São Paulo, ou no da livre docência da Universidade de São Paulo, porque o Estado lhes paga salários miseráveis, com com os quais não podem sobreviver e não podem aperfeiçoar seus conhecimentos.

Por isso, neste aumento do funcionalismo público, nobre deputado, V. Exa. verifica que, na verdade, há que se fazer um movimento no sentido de sacudir o Palácio do: Campos Elísios, e mais do que isso, a consciência do Sr. Governador, que está dormindo, que não está se apercebendo da realidade do sofrimento do servidor público. (Não apoiado!)

O SR. JÉTHERO DE FÁRIA CARDOSO — Nobre deputado, essa é uma realidade no serviço público, mas eu estava abordando este aspecto desse artigo que concede o terço.

A greve dos engenheiros foi muito séria e poderá repetir-se, dentro em breve.

Interessante as origens daquela greve. Foi de uma espontaneidade assustadora. Nenhuma organização existia. Começou a parar como protesto e parou tudo. E se o Sr. Governador pretende responder à classe com este humilhante terço e os 30%, vamos ter outra greve, mas com uma gravidade imensa:

é que o Secretário da Viação, que há pouco tempo tomou posse e que apenas começou, ao momento, a entender a Secretaria de Viação, ficará numa posição tão desmoralizadora por ter assinado aquela proposta que o caos será total naquela Pasta. O caos será total!

O Sr. Cid Franco — V. Exa. me concede um aparte?

O SR. JÉTHERO DE FÁRIA CARDOSO — Com prazer.

O Sr. Cid Franco — V. Exa. alude à desintegração da administração pública que é o mesmo que dizer a desintegração do funcionalismo. Podemos formular a nossa crítica também nos seguintes termos: essa desintegração não resulta propriamente da orientação de um homem, no caso da orientação do Sr. Governador Professor Carvalho Pinto. É todo um sistema, é todo um regime provocando essa desintegração. Vou dar um exemplo a V. Exa. da incompreensão do poder público burguês, capitalista, conservador no que se refere, por exemplo, ao aproveitamento do trabalho de uma admirável artista. Existe em São Paulo uma pintora que conquistou um dos maiores prêmios artísticos do mundo, prêmio que honraria qualquer pintor, qualquer escultor, qualquer artista de qualquer país. A pintora a que me refiro, conquistou o Prêmio Nacional Guggenheim. Esse prêmio é instituído pela Fundação Guggenheim de Nova Iorque que escolhe, ou elege, em todos os países do mundo, cinco dos seus melhores pintores modernos. Entre esses cinco é eleito o que conquista o Prêmio Nacional Guggenheim para, posteriormente, concorrer ao prêmio internacional. Pois bem, a pintora de São Paulo, a artista que já havia sido contemplada com alguns prêmios nacionais de arte moderna, conquistou o Prêmio Guggenheim e pleiteou inutilmente junto do Sr. Governador, junto do Poder Executivo do Estado conservador, do estado capitalista, um comissionamento para exercer melhor as suas funções. Foi-lhe negado o comissionamento. Sabe V. Exa. qual o cargo, qual o posto, quais as funções exercidas por essa pintora que conquistou o Prêmio Guggenheim? Escrevente do Fórum Criminal. Apenas isto: escrevente do Fórum Criminal! O estado burguês, o estado conservador não quis, ou não soube aproveitar o talento, a capacidade, a especialização artística dessa criatura, negando-lhe o comissionamento. Vê V. Exa. que tenho razão quando dirijo minhas críticas à legislação vigente. Num estado socialista isso seria impossível. A aptidão, a capacidade dessa artista seria aproveitada dentro da sua especificação, dentro da sua arte, e com isso lucraria o Estado, lucraria o Poder Público e lucraria o povo. O exemplo que trago ao discurso de V. Exa. mostra bem tipicamente a desorientação do Estado burguês.

O SR. JÉTHERO DE FÁRIA CARDOSO — Nobre deputado Cid Franco, exatamente esse aspecto que V. Exa. aborda é uma decorrência das relações de produção da propriedade privada. Mas o Sr. Governador Carvalho Pinto leva a excessos o manuseio da máquina do Estado em benefício de sua própria classe conservadora. Pratica excessos mesmo dentro desse regime. É um representante de banqueiros contumaz, contudente na lida com a estrutura administrativa. As vezes até mordaz. Por isso divirjo apenas num ponto do aparte do nobre deputado Farabulini Júnior, quando atribui ao Prof. Carvalho Pinto o desconhecimento da situação dos servidores públicos, pois que S. Exa. a conhece muito bem. Planifica, premedita essa situação, pois para ele, Prof. Carvalho Pinto, o problema que se coloca não é a solução dos problemas coletivos, é a solução das dificuldades da sua classe, que vive justamente da exploração do povo. Quando essa estrutura está em crise, aqueles que desempenham cargos públicos como o Prof. Carvalho Pinto sabem que o reflexo no campo da ética e da moral, reflexo da crise econômica dos abalos que sofrem os alicerces nessa crise, aegeram também o moral do regime.

Mas S. Exa., além de aceitar tudo isso, como soldado da luta que se desenvolve, aguça mais, leva a extremos, extremos como este de sujeitar um seu secretário de Estado a suprema humilhação de não poder respeitar uma assinatura perante a classe dos engenheiros, colegas seus de profissão. E com um agravante muito sério: é que o pai do Dr. Machado de Campos também já foi Secretário da Viação, na época das vacas gordas, e com uma certa estabilidade econômica, não chegou a ser empurrado a este descalabro moral. Alertei isso no Instituto de Engenharia, ou seja, que com o Dr. Machado de Campos corria o risco de acontecer o que aconteceu com Da Nova na crise da Força Pública. A crise dos engenheiros do Estado são consequências, são efeitos da orientação ideológica que o Prof. Carvalho Pinto imprime à administração pública. S. Exa. não aparece como causador do mal e expõe o seu auxiliar imediato à desmoralização pública. Isto já é uma maldade pessoal, uma perversidade, é o desprezo pela pessoa humana, mesmo para que aquela que o auxilia diariamente, mutuamente. E no caso da Secretaria, nobre deputado Cid Franco, o aspecto é triste, porque a profissão do Secretário da Viação é de engenheiro, da mesma classe frente à qual o prof. Carvalho Pinto o humilha, e o leva a romper o mais sagrado dos princípios de todos os homens: o respeito à própria assinatura.

O Sr. Cid Franco — V. Exa. me concede um aparte? (Assentimento) volte ao caso a que me referi há pouco. Aludiu V. Exa. ao que considere desrespeito à pessoa humana. Tem V. Exa. inteira razão. Esse desrespeito está na engrenagem do sistema vigente. A artista a que me referi no aparte anterior, prêmio Guggenheim, prêmio do Museu de Arte Moderna, prêmio da Bienal, mas sobretudo prêmio Guggenheim, um dos maiores do mundo, vendo que não lhe era possível dar ao seu povo, ao seu Estado, o trabalho que a sua competência e a sua capacidade lhe permitiam dar, que fez? Fez uma coisa que o Estado conservador, o Estado capitalista, aceitou com prazer: pediu demissão do seu modesto cargo de datilografia do Fórum Criminal, uma vez que a soma grande pintora, de renome internacional e perdeu com esse gesto quase 25 anos de trabalho no funcionalismo público. Ai tem V. Exa. o descontrôle, a desorganização, a falta de técnica, a falta de ciência, na administração de um Estado burguês.

O SR. JÉTHERO DE FÁRIA CARDOSO — Há poucos dias - informo-me hoje o engenheiro presidente da Associação dos Engenheiros do Estado — estiveram esses colegas em contacto com o Sr. Secretário da Viação, e solicitaram de S. Exa. o cumprimento de compromisso assinado por S. Exa. e lhe perguntaram: Dr. Machado, onde está o trabalho elaborado pela comissão, com a superintendência de V. Exa., como representante dos engenheiros, que efetuou uma pesquisa séria em todo o mercado de trabalho em São Paulo, e concluiu que o mínimo salarial de nossa classe era de Cr\$ 62.500,00? O Dr. Machado, na sua completa ingenuidade, sem ter ouvido as ponderações de seu colega que ocupa a tribuna, nos dias da greve, de que S. Exa. servia a homens insensíveis, e não deveria assumir compromissos daquela envergadura perante a classe, que os telefonemas que trocava com o palácio podiam ser verdade de um lado, mas seguramente eram inverdades do outro, que aqueles compromissos não poderiam ser portanto assumidos com o aval de S. Exa. esquecido destas observações, tomado daquela euforia palaciana do pleno sucesso da administração deste governo pouco afeito às injunções que a irresponsabilidade administrativa palaciana leva mesmo os auxiliares diretos, S. Exa., não ouvindo e seu colega, se compromissou, por escrito, mesmo tendo este deputado lembrado que aqueles compromissos, não dependiam apenas do Poder Executivo, onde o campo já lhe seria sombrio e escuro, e as estradas intransitáveis para S. Exa. De nada adiantaram estas ponderações, tal a certeza que o Palácio do Governo lhe deu de que poderia assumir tais compromissos com a classe.

O Secretário da Viação respondeu à comissão de engenheiros que lá esteve: Bem encaminhei ao Sr. Governador o estudo. Parece que S. Exa. o mandou para o DEA.

Ora, a comissão não é integrada por ingênuos! Todos aqueles engenheiros que foram à Secretaria da Viação leram a entrevista do Dr. Múcio de Lima Faria sobre os 30%.

O SR. PRESIDENTE (Fazendo soar a campainha) — A Presidência pede licença ao orador para avisá-lo que restam três minutos de seu tempo regimental.

O SR. JÉTHERO DE FÁRIA CARDOSO — Agradeço a lembrança de V. Exa.

Ficaram atônitos. Então o estudo, que já constituía compromisso para a cessação de uma greve, é encaminhado ao Sr. Governador, e o Sr. Governador encaminha ao DEA, e o Dr. Múcio de Lima Faria dá a entrevista que deu à imprensa, mostrando que uma das grandes vantagens que justificam os 30% é o terço. É humilhante. Que destino esperam os engenheiros, que estiveram em greve, desse estudo oficial, que era compromisso do Sr. Governador? Será a resposta do D.E.A. e do Sr. Governador àquele movimento, àquele compromisso escrito do Sr. Secretário da Viação, este artigo do terço, esta oferta de um terço dos vencimentos para a compra da Carteira Profissional de Engenheiro?

O Dr. Machado de Campos deve rever a sua posição nesta matéria enquanto é tempo e insistir, com o Professor Carvalho Pinto, para o cumprimento da palavra. Caso contrário, continuará descendo o plano inclinado da desmoralização de sua Pasta e triste será o fim de sua administração na Secretaria da Viação, pois, a perdurar este ponto de vista do Palácio e o não compromisso escrito do Sr. Secretário da Viação, o Dr. Machado de Campos terá sido submetido à maior das humilhações e não lhe caberá outro caminho a não ser o seu pedido de demissão da Secretaria da Viação, em sinal de protesto contra o Sr. Governador por não cumprir aquilo que levou o seu Secretário de Estado a assinar e a se comprometer a cumprir perante a classe dos engenheiros do serviço público.

E que dizer das outras categorias de servidores, dos escriturários, dos assistentes de administração, dos factores, dos guardas rodoviários, da Força Pública etc.? Tenho um trabalho neste sentido, Srs. deputados, elaborado por uma comissão de eminentes técnicos.

O SR. PRESIDENTE (Fazendo soar a campainha) — A Presidência comunica ao nobre orador que o seu tempo está esgotado.

Tem a palavra o orador seguinte, o nobre deputado José Costa. (Assume a Presidência a Sra. Conceição da Costa Neves).